

Tribunal condena três ex-presidentes da FAE

Foram constatadas irregularidades na compra de alimentos e distribuição de livros

BRASÍLIA — O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou ontem os ex-presidentes da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Adolpho Schuler Neto, Carlos Eurico Xavier de Castro e Edison Wagner, por irregularidades cometidas em 1991 na compra de alimentos formulados e distribuição de livros didáticos para os alunos da rede pública em todo País. Os três ex-dirigentes da fundação, vinculada ao Ministério da Educação, foram multados em R\$ 700,00 e terão de recolher em 15 dias aos cofres da União toda a dívida resultante das irregularidades.

“Foram constatadas inúmeras e graves irregularidades na gestão referente ao exercício de 1991 da FAE”, afirmou o ministro relator do processo no TCU, Olavo Drumond. “Os procedimentos operacionais e os controles existentes na FAE naquele exercício eram extremamente frágeis.”

Na compra dos produtos formula-

dos dos fornecedores Nutrimental e Olivebra, o TCU apurou que a FAE, além de pagar antecipadamente pelo que não havia recebido, reajustou os preços indevidamente. O Tribunal não aceitou a justificativa da FAE de que a “concessão do reajustamento de preços decorreu da existência do desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos originais”.

“Os preços aceitos pela FAE ao adquirir os produtos estavam majorados, sendo, portanto, indevida a concessão de quaisquer reajuste de

preços, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido nos contratos”, explicou Drumond.

Com relação à distribuição de livros didáticos em 1991, o TCU apurou

que houve irregularidade na contratação da transportadora paulista F. Souto. A empresa, para ganhar a licitação, adulterou documento. “Verificou-se que, mesmo ciente da adulteração do documento apresentado pela empresa F. Souto, o ex-presidente da FAE, Adolfo Schuler Netto, insistiu na contratação da transportadora, alegando, para tanto, o superior interesse da Administração em distribuir os livros para todo País”, informou o ministro.

FUNDAÇÃO
PAGOU POR
PRODUTOS NÃO
RECEBIDOS